

CAPÍTULO 3

*semiologia da língua **

I

A semiologia terá muito que fazer só para ver até onde vai seu domínio (Ferdinand de Saussure ¹).

Depois que estes dois gênios antitéticos, Peirce e Saussure, em completa ignorância um do outro e quase ao mesmo tempo², conceberam a possibilidade de uma ciência dos signos e trabalharam para instaurá-la, um grande problema surgiu, que ainda não recebeu sua forma precisa, não tendo sido mesmo colocado claramente, na confusão que reina neste domínio: qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?

Peirce, retomando sob a forma *semeiotic* a denominação *σημειωτική* que John Locke aplicava a uma ciência dos signos e das significações a partir da lógica concebida ela mesma como ciência da linguagem, dedicou toda sua vida à elaboração deste conceito. Uma massa enorme de notas testemunham seu esforço obstinado para analisar no quadro semiótico as noções lógicas, ma-

* *Semiotica*, La Haye, Mouton & Co., (1969), I, p. 1-12 e 2, p. 127-135.

1. Nota manuscrita publicada nos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 15 (1957), p. 19.

2. Charles S. Pierce (1839-1914); Ferdinand de Saussure (1857-1913).

temáticas, físicas, mas também psicológicas e religiosas. Perseguida por uma vida inteira, esta reflexão se armou de um aparelho cada vez mais complexo de definições visando repartir a totalidade do real, do concebido e do vivido nas diferentes ordens de signos. Para construir esta “álgebra universal das relações”³, Peirce colocou uma tripla divisão dos signos, em ÍCONES, ÍNDICES e SÍMBOLOS, que é pouco mais ou menos tudo o que se retém hoje da imensa arquitetura lógica que ela subentende.

No que concerne à língua, Peirce não formula nada de preciso nem de específico. Para ele a língua está em toda parte e em nenhum lugar. Não se interessou jamais pelo funcionamento da língua, nem mesmo lhe prestou atenção. A língua se reduz, para ele, às palavras, e estas são igualmente signos, mas elas não são do domínio de uma categoria distinta ou mesmo de uma espécie constante. As palavras pertencem, na sua maior parte, aos “símbolos”; algumas são “índices”, por exemplo os pronomes demonstrativos, e neste sentido elas serão classificadas com os gestos correspondentes, por exemplo o gesto de apontar. Peirce não se deu conta do fato de que um tal gesto é universalmente compreendido, ao passo que o demonstrativo faz parte de um sistema de signos orais, a língua, e de um sistema particular de língua, o idioma. Além disso, a mesma palavra pode aparecer em inúmeras variedades de “signo”: como QUALISIGNO, como SINSIGNO, como LEGISIGNO⁴. Não se vê então qual seria a utilidade operacional de semelhantes distinções nem em que elas ajudariam o lingüista a cons-

3. “My universal algebra of relations, with the subjacent indices and Σ and Π is susceptible of being enlarged so as to comprise everything and so, still better, though not to ideal perfection, is the system of existential graphs” (Peirce, *Selected Writings*, ed. Philip P. Wiener [Dover Publication, 1958], p. 389).

4. “As it is in itself, a sign is either of the nature of an appearance, when I call it a QUALISIGN; or secondly, it is an individual object or event, when I call it a SINSIGN (the syllable *sin* being the first syllable of *semel*, *simul*, *singular*, etc.); or thirdly, it is of the nature of a general type, when I call it a LEGISIGN. As we use the term “word” in most cases, saying that “the” is one “word” and “an” is a second “word”, a “word” is a legisign. But when we say of a page in a book, that it has 250 “words” upon it, of which twenty are “the’s”, the “word” is a sinsign. A sinsign so embodying a legisign, I term a “replica” of the legisign” (Peirce, *op. cit.*, p. 391).

truir a semiologia da língua como sistema. A dificuldade, que impede toda aplicação particular dos conceitos peircianos, com exceção da tripartição bem conhecida, mas que permanece um quadro muito geral, está em que definitivamente o signo é colocado na base do universo inteiro, e que ele funciona por sua vez como princípio de definição para cada elemento e como princípio de explicação para todo o conjunto, abstrato ou concreto. O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo⁵, sua emoção é um signo⁶. Mas finalmente estes signos, sendo todos signos uns dos outros, de que poderão eles ser signos que NÃO SEJA signo? Acharemos o ponto fixo onde amarrar a PRIMEIRA relação de signo? O edifício semiótico que Peirce construiu não pode incluir-se ele próprio em sua definição. Para que a noção de signo não se anule nesta multiplicação ao infinito, é necessário que em alguma parte o universo admita uma DIFERENÇA entre o signo e o significado. É necessário então que todo signo seja tomado e compreendido em um SISTEMA de signos. Esta é a condição da SIGNIFICÂNCIA. Resulta daí, ao contrário do que pensa Peirce, que todos os signos não podem funcionar identicamente nem pertencer a um sistema único. Dever-se-ão constituir inúmeros sistemas de signos, e entre estes sistemas, explicitar uma relação de diferença e de analogia.

É aqui que se apresenta Saussure, de repente, na metodologia como na prática, exatamente na posição oposta à de Peirce. Em Saussure a reflexão procede da língua e toma a língua como objeto exclusivo. A língua é considerada por ela mesma, a lingüística consigna para si uma tripla tarefa:

1. descrever sincronicamente e diacronicamente todas as línguas conhecidas; 2. depreender as leis gerais que operam nas línguas; 3. delimitar-se e definir-se a si mesma⁷.

5. "... the word or sign which man uses is the man himself. For, as the fact that every thought is a sign, taken in conjunction with the fact that life is a train of thought, proves that man is a sign; so that every thought is an EXTERNAL sign proves that man is an external sign" (Peirce, *op. cit.*, p. 71).

6. "Everything in which we take the least interest creates in us its particular emotion, however slight this emotion may be. This emotion is a sign and a predicate of the thing" (Peirce, *op. cit.*, p. 67).

7. F. de Saussure, *Cours de linguistique générale* (C.L.G.), 4.^a ed., p. 21.

Programa do qual não se notou que, sob a aparência racional, esconde uma estranheza que lhe confere justamente a força e a audácia. A lingüística terá então por objeto, em terceiro lugar, definir-se a si mesma. Esta tarefa, se se quer entendê-la plenamente, absorve as duas outras e, num certo sentido, as extingue. Como pode a lingüística delimitar-se e definir-se a si própria, se não delimitando e definindo seu objeto próprio, a língua? Mas pode ela cumprir suas duas outras tarefas, designadas como as duas primeiras que deve executar, a descrição e a história das línguas? Como a lingüística saberia “buscar as forças que estão em jogo de uma maneira permanente e universal em todas as línguas e deprender as leis gerais às quais se pode reconduzir todos os fenômenos particulares da história”, se não se começa por definir as possibilidades e os recursos da lingüística, quer dizer, a ação que ela tem sobre a linguagem, logo a natureza e os caracteres próprios desta entidade, a língua? Tudo está contido nesta exigência, e o lingüista não pode considerar uma destas tarefas independentemente das outras nem assumir alguma delas até o fim, se não tiver tomado consciência antecipadamente da singularidade da língua entre todos os objetos de ciência. Nesta tomada de consciência reside a condição prévia a qualquer abordagem ativa e cognitiva da lingüística, e longe de estar no mesmo plano que as duas outras e de as supor realizadas, esta terceira tarefa: “delimitar-se e se definir a si própria” dá à lingüística a missão de transcendê-las a ponto de adiar a realização delas até que ela própria se realize. Esta é a grande novidade do programa saussuriano. A leitura do *Curso* confirma facilmente que, para Saussure, uma lingüística não é possível senão com esta condição: conhecer-se, enfim, descobrindo seu objeto.

Tudo procede então desta questão: “Qual é o objeto ao mesmo tempo integral e concreto da lingüística?”⁸ e o primeiro passo visa a arruinar todas as respostas anteriores: “De qualquer lado que se aborde a questão, em nenhum lugar o objeto integral da lingüística se oferece a nós”⁹. O caminho assim aberto, Saussure

8. *C.L.G.*, p. 23.

9. *C.L.G.*, p. 24.

coloca a primeira exigência de método: é preciso separar a LINGUA da linguagem. Por quê? Meditemos em algumas linhas onde se mostram, furtivos, os conceitos essenciais:

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação ¹⁰.

A preocupação de Saussure é a de descobrir o princípio de unidade que domina a multiplicidade de aspectos com que nos aparece a linguagem. Somente este princípio permitirá classificar os fatos de linguagem entre os fatos humanos. A redução da linguagem à língua satisfaz esta dupla condição: ela permite colocar a língua como princípio de unidade e ao mesmo tempo encontrar o lugar da língua entre os fatos humanos. Princípio de unidade, princípio de classificação, eis introduzidos os dois conceitos que vão, por sua vez, introduzir a semiologia.

Um e outro são necessários para fundar a lingüística como ciência: não se conceberia uma ciência incerta de seu objeto, indecisa quanto ao seu domínio. Mas, para lá desse cuidado de rigor, decorre daí o estatuto próprio ao conjunto dos fatos humanos.

Até aqui ainda não se assinalou suficientemente a novidade do método saussuriano. Não se trata de decidir se a lingüística está mais próxima da psicologia ou da sociologia nem de encontrar para ela um lugar no seio das disciplinas existentes. É em outro nível que o problema é colocado e em termos que criam seus próprios conceitos. A lingüística faz parte de uma ciência que não existe ainda, a qual se ocupará dos outros sistemas de mesma ordem no

10. C.L.G., p. 25.

conjunto dos fatos humanos, a SEMIOLOGIA. É conveniente citar aqui a página que anuncia e situa esta relação:

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.

Pode-se, então, conceber UMA CIÊNCIA QUE ESTUDE A VIDA DOS SIGNOS NO SEIO DA VIDA SOCIAL; ela constituiria uma parte da psicologia social e, por conseguinte, da psicologia geral; chamá-la-emos de SEMIOLOGIA (do grego *sēmeîon*, "signo"). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A lingüística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a semiologia descobrir serão aplicáveis à lingüística, e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos.

Cabe ao psicólogo determinar o lugar exato da semiologia¹¹; a tarefa do lingüista é definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos. A questão será retomada mais adiante; guardaremos, neste ponto, apenas uma coisa: se, pela primeira vez, pudemos assinalar à lingüística um lugar entre as ciências foi porque a relacionamos com a semiologia¹².

Do longo comentário que exigiria esta página, o principal estará compreendido na discussão que empreenderemos mais adiante. Reteremos apenas, para colocá-los em relevo, os caracteres primordiais da semiologia, tal como Saussure a concebe, aliás tal como ele a tinha reconhecido muito tempo antes de a evocar em seu ensino¹³.

11. Aqui Saussure remete a Ad. Naville, *Classification des sciences*, 2.^a ed., p. 104.

12. *C.L.G.*, p. 33-34.

13. A noção e o termo se encontravam já em uma nota manuscrita de Saussure publicada por R. Godel, *Sources manuscrites*, p. 46 e que data de 1894 (cf. p. 37).

A língua se apresenta sob todos seus aspectos como uma dualidade: instituição social, ela é produzida pelo indivíduo; discurso contínuo, ela se compõe de unidades fixas. É que a língua é independente dos mecanismos fono-acústicos da fala; ela consiste em “um sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas”¹⁴. Onde a língua acha sua unidade e o princípio de seu funcionamento? Em seu caráter semiótico. Por este se define sua natureza, por este também ela se integra num conjunto de sistemas de mesmo tipo.

Para Saussure, diferentemente do que para Peirce, o signo é antes de tudo uma noção lingüística, que mais largamente se estende a certas ordens de fatos humanos e sociais. Aí se circunscreve seu domínio. Mas este domínio compreende, além da língua, os sistemas homólogos ao da língua. Saussure cita alguns desses sistemas. Todos estes têm o caráter de serem sistemas de SIGNOS. A língua “é apenas o mais importante destes sistemas”. O mais importante sob qual aspecto? Será simplesmente por que a língua tem um lugar maior na vida social do que qualquer outro sistema? Nada permite chegar a uma decisão.

O pensamento de Saussure, muito afirmativo sobre a relação da língua com os sistemas de signos, é menos claro sobre a relação da lingüística com a semiologia, ciência dos sistemas de signos. O destino da lingüística será o de se ligar à semiologia, a qual formará “uma parte da psicologia social e conseqüentemente da psicologia geral”. Mas é preciso aguardar que a semiologia, “ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social”, seja constituída para que aprendamos “em que consistem os signos, quais as leis que os regem”. Saussure devolve à ciência futura o papel de definir o próprio signo. Entretanto ele elabora para a lingüística o instrumento de sua semiologia própria, o signo lingüístico: “Para nós, . . . o problema lingüístico é antes de tudo semiológico, e todos os nossos desenvolvimentos emprestam significação a este fato importante”¹⁵.

14. *C.L.G.*, p. 32.

15. *C.L.G.*, p. 34-35.

O que liga a lingüística à semiologia é este princípio, colocado no centro da lingüística, o de que o signo lingüístico é "arbitrário". De uma maneira geral, o objeto principal da semiologia será "o conjunto dos sistemas fundados sobre o arbitrário do signo"¹⁶. Por conseguinte, no conjunto dos sistemas de expressão a primazia pertence à língua:

Pode-se... dizer que os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico; eis porque a língua, o mais completo e o mais difundido sistema de expressão, é também o mais característico de todos; nesse sentido, a lingüística pode erigir-se em padrão de toda semiologia, ainda que a língua não seja senão um sistema particular¹⁷.

Assim, formulando claramente a idéia de que a lingüística tem uma relação necessária com a semiologia, Saussure se abstém de definir a natureza dessa relação, senão pelo princípio do "arbitrário do signo" que governaria o conjunto dos sistemas de expressão e nesse sentido a língua. A semiologia como ciência dos signos permanece em Saussure como uma visão prospectiva, que em seus traços mais precisos se modela sobre a lingüística.

Quanto aos sistemas que, como a língua, pertencem à semiologia, Saussure se limita a citar rapidamente alguns, sem contudo esgotar a lista, posto que ele não adianta nenhum critério delimitativo: "a escrita, o alfabeto dos surdos-mudos, os ritos simbólicos, as formas de polidez, os sinais militares, etc."¹⁸. Em outro lugar fala em considerar os ritos, os costumes, etc. como signos¹⁹.

Retomando este grande problema no ponto em que Saussure o deixou, queríamos insistir inicialmente sobre a necessidade de um esforço prévio de classificação, se se quer promover a análise e consolidar as bases da semiologia.

16. *C.L.G.*, p. 100.

17. *C.L.G.*, p. 101.

18. Acima, p. 48.

19. *C.L.G.*, p. 35.

Da escrita não diremos nada aqui, reservando para um exame particular este difícil problema. Os ritos simbólicos, as formas de polidez são sistemas autônomos? Pode-se realmente colocá-los no mesmo plano que a língua? Eles não se sustentam sobre uma relação semiológica senão por intermédio de um discurso: o “mito”, que acompanha o “rito”; o “protocolo” que regula as formas de polidez. Estes signos, para nascerem e se estabelecerem como sistema, supõem a língua, que os produz e os interpreta. Eles são então de uma outra ordem, em uma hierarquia a definir. Entrevê-se assim que, não menos que os sistemas de signos, as **RELAÇÕES** entre estes sistemas constituirão o objeto da semiologia.

É tempo de deixar as generalidades e abordar enfim o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos. Nada poderá estar assegurado na teoria enquanto não se tiver esclarecido a noção e o valor do signo nos conjuntos nos quais se possa estudá-los. Pensamos que este exame deve começar pelos sistemas não lingüísticos.

II

O papel do signo é o de representar, o de tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto. Toda definição mais precisa, que distinguiria notadamente muitas variedades de signos, supõe uma reflexão sobre o princípio de uma ciência dos signos, de uma semiologia, e um esforço para elaborá-la. A menor atenção ao nosso comportamento, às condições da vida intelectual e social, à vida de relação, às relações de produção e de troca nos mostra que utilizamos concorrentemente e a cada instante vários sistemas de signos: em primeiro lugar os signos da linguagem, que são aqueles cuja aquisição começa mais cedo, com o início da vida consciente; os signos da escrita; os “signos de cortesia”, de reconhecimento, de reunião, em todas as suas variedades e hierarquias; os signos reguladores dos movimentos de veículos; os “signos exteriores” que indicam as condições sociais; os “signos monetários”, valores e índices da vida econômica; os signos dos cultos, ritos, crenças; os signos da arte em suas variedades (música, imagens, reproduções

plásticas), em suma, e sem ultrapassar a constatação empírica, é claro que nossa vida inteira está presa em redes de signos que nos condicionam a ponto de não se poder suprimir apenas um sem colocar em perigo o equilíbrio da sociedade e do indivíduo. Estes signos parecem engendrar-se e multiplicar-se em virtude de uma necessidade interna, que aparentemente responde também a uma necessidade de nossa organização mental. Nas numerosas e bastante diversas maneiras que têm os signos de se configurar, que princípio introduzir que possa ordenar as relações e delimitar os conjuntos?

O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS. Trata-se agora de descrever seus caracteres distintivos.

Um sistema semiológico se caracteriza:

- 1.º por seu modo operatório,
- 2.º por seu domínio de validade,
- 3.º pela natureza e o número de seus signos,
- 4.º por seu tipo de funcionamento.

Cada um destes traços comporta um certo número de variedades.

O MODO OPERATÓRIO é a maneira como o sistema age, notadamente o sentido (vista, ouvido, etc.) ao qual ele se dirige.

O DOMÍNIO DE VALIDADE é aquele em que o sistema se impõe e deve ser reconhecido ou obedecido.

A NATUREZA e o NÚMERO DOS SIGNOS são função das condições referidas acima.

O TIPO DE FUNCIONAMENTO é a relação que une os signos e lhes confere função distintiva.

Experimentemos esta definição sobre um sistema de nível elementar, o sistema de sinais do tráfego rodoviário:

- seu modo operatório é visual, geralmente diurno e em céu aberto;
- seu domínio de validade é o deslocamento dos veículos nas estradas;

- os signos são constituídos pela oposição cromática verde/vermelho (às vezes com uma fase intermediária, amarela, de simples transição), logo um sistema binário;
- seu tipo de funcionamento é uma relação de alternância (jamais de simultaneidade) verde/vermelho que significa caminho aberto/caminho fechado, ou sob forma prescritiva: “siga/pare”.

Este sistema é susceptível de extensão ou de transferência, mas somente em uma destas quatro condições: o domínio de validade. Pode-se aplicá-lo à navegação fluvial, balizagem dos canais, das pistas de aviação, etc., com a condição de guardar a mesma oposição cromática, com a mesma significação. A natureza dos signos não pode ser modificada senão temporariamente e por razões de oportunidade²⁰.

Os caracteres que estão reunidos nesta definição formam dois grupos: os dois primeiros, relativos ao modo de operação e ao domínio de validade, fornecem as condições externas, empíricas, do sistema; os dois últimos, relativos aos signos e a seu tipo de funcionamento, indicam as condições internas, semióticas. Os dois primeiros admitem certas variações ou acomodações, os dois outros, não. Esta forma estrutural configura um modelo canônico do sistema binário, que se encontra, por exemplo, nos modos de votação, por bolas brancas ou pretas, em pé ou assentado, etc., e em todas as circunstâncias em que a alternativa poderia ser (mas não é) enunciada em termos lingüísticos tais como: sim/não.

Desde já podemos depreender dois princípios que dizem respeito às relações entre sistemas semióticos.

O primeiro princípio pode ser enunciado como o PRINCÍPIO DE NÃO-REDUNDÂNCIA entre sistemas. Não há “sinonímia” entre sistemas semióticos; não se pode “dizer a mesma coisa” pela fala e pela música, que são dois sistemas de base diferente.

20. Constrangimentos materiais (neblina) podem impor procedimentos supletivos, por exemplo, sinais sonoros em vez de sinais visuais, mas estes expedientes temporários não alteram as condições normais.

Isto equivale a dizer que dois sistemas semióticos de tipo diferente não podem ser mutuamente conversíveis. No caso citado, a fala e a música têm certamente este traço comum, a produção de sons e o fato de se dirigirem ao ouvido; mas esta relação não prevalece contra a diferença de natureza entre suas unidades respectivas e entre seus tipos de funcionamento, como se mostrará mais adiante. Assim a não-conversibilidade entre sistemas de bases diferentes é a razão da não-redundância no universo dos sistemas de signos. O homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA relação de significação.

Em compensação, o alfabeto gráfico e o alfabeto Braile ou Morse ou o dos surdos-mudos são mutuamente conversíveis, sendo sistemas de mesmas bases fundadas sobre o princípio alfabético: uma letra, um som.

Um segundo princípio dimana deste e o completa.

Dois sistemas podem ter um mesmo signo em comum sem que daí resulte sinonímia ou redundância, quer dizer que a identidade substancial de um signo não conta, mas somente sua diferença funcional. O vermelho do sistema binário de sinalização rodoviária não tem nada em comum com o vermelho da bandeira tricolor, nem o branco desta bandeira com o branco do luto na China. O valor de um signo se define somente no sistema que o integra. Não há signo trans-sistemático.

Os sistemas de signos são então tantos outros mundos fechados, não tendo entre eles senão uma relação de coexistência talvez fortuita? Formularemos uma nova exigência de método. É preciso que a relação colocada entre sistemas semióticos seja ela própria de natureza semiótica. Esta será determinada primeiramente pela ação de um mesmo meio cultural, que de uma maneira ou de outra produz e alimenta todos os sistemas que lhe são próprios. Trata-se ainda assim de uma relação externa, que não implica necessariamente uma relação de coerência entre os sistemas particulares. Há uma segunda condição: trata-se de determinar se um sistema semiótico dado pode se auto-interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema. A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO. É aquela que

colocaremos, em grande escala, entre os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade²¹. Numa escala menor poder-se-á considerar o alfabeto gráfico como o interpretante do Morse ou do Braile, devido a maior extensão de seu domínio de validade, e a despeito do fato de que eles sejam mutuamente conversíveis.

Podemos inferir daí que os sub-sistemas semióticos interiores à sociedade serão logicamente os interpretados da língua, uma vez que a sociedade os contém e que a sociedade é o interpretado da língua. Pode-se perceber desde já nesta relação uma dissimetria fundamental, e pode-se remontar à primeira causa desta não-reversibilidade: é que a língua ocupa uma situação particular no universo dos sistemas de signos. Se se convencionar designar por *S* o conjunto desses sistemas e por *L* a língua, a conversão se faz sempre no sentido $S \rightarrow L$, nunca o inverso. Temos aqui um princípio geral de hierarquia, apropriado para ser introduzido na classificação dos sistemas semióticos e que servirá para construir uma teoria semiológica.

Para melhor evidenciar as diferenças entre as ordens de relações semióticas, colocaremos agora na mesma perspectiva um sistema completamente diferente, o da música. As diferenças aparecer-nos-ão, no essencial, na natureza dos “signos” e em seu modo de funcionamento.

A música é feita de SONS, os quais têm estatuto musical quando são designados e classificados como NOTAS. Não há em música unidades diretamente comparáveis aos “signos” da língua. Essas notas têm um quadro organizador, a GAMA, na qual elas entram a título de unidades discretas, descontínuas de uma à outra, em número fixo, cada uma caracterizada por um número constante de vibrações num tempo dado. As gamas compreendem as mesmas notas em alturas diferentes que são definidas por um número de vibrações em progressão geométrica, os intervalos permanecem os mesmos.

Os sons musicais podem ser produzidos em monofonia ou em polifonia; eles funcionam isoladamente ou simultaneamente (acor-

21. Este ponto será desenvolvido adiante.

des) quaisquer que sejam os intervalos que os separem nas suas respectivas gamas. Não há limitação quanto à multiplicidade dos sons produzidos simultaneamente por um conjunto de instrumentos, nem quanto à ordem, à frequência ou à extensão das combinações. O compositor organiza livremente os sons em um discurso que não está submetido a nenhuma convenção “gramatical” e que obedece à sua própria “sintaxe”.

Vê-se então até que ponto o sistema musical admite e até que ponto não admite ser considerado como semiótico. Ele é organizado a partir de um conjunto constituído pela gama, que é por sua vez formada de notas. As notas não têm valor diferencial senão no interior da gama, e a gama é ela própria um conjunto recorrente a várias alturas, especificada pelo tom indicado pela clave.

A unidade de base será nesse caso a nota, unidade distintiva e opositiva do som, mas ela não toma este valor senão na gama, a qual fixa o paradigma das notas. Esta unidade é semiótica? Pode-se decidir que ela é semiótica em sua ordem própria, uma vez que ela aí determina oposições. Mas nesse caso ela não tem nenhuma relação com a semiótica do signo lingüístico, e de fato ela não pode ser convertida em unidades de língua, em qualquer nível que seja.

Uma outra analogia, a qual desvela ao mesmo tempo uma diferença profunda, é esta. A música é um sistema que funciona sobre dois eixos: o eixo das simultaneidades e o eixo das seqüências. Poder-se-ia pensar em uma homologia com o funcionamento da língua sobre seus dois eixos, paradigmático e sintagmático. Ora, o eixo das simultaneidades em música contradiz o princípio mesmo do paradigmático em língua, que é princípio de seleção, excluindo toda simultaneidade intra-segmental; e o eixo das seqüências em música não coincide de forma alguma com o eixo sintagmático da língua, uma vez que a seqüência musical é compatível com a simultaneidade dos sons, e uma vez que ela não está, por outro lado, sujeita a nenhuma coerção de ligação ou de exclusão no que respeita a qualquer som ou conjunto de sons que seja. Assim, a combinatoria musical que depende da harmonia e do contraponto não tem equivalente na língua, onde tanto o paradigma como o sintagma estão submetidos a disposições específicas: regras de compatibilidade, de seletividade, de recorrência, etc. das quais depende a fre-

qüência e a previsibilidade estatísticas, de um lado, e a possibilidade de construir enunciados inteligíveis, de outro. Esta diferença não depende de um sistema musical particular nem da escala sonora escolhida; a dodecaфонia serial é tão submissa quanto a diatonia.

Em suma, pode-se dizer que se a música é considerada como uma “língua”, é uma língua que tem uma sintaxe, mas não uma semiótica. Este contraste indica antecipadamente um traço positivo e necessário da semiologia lingüística que deve ser retido.

Passemos agora a um outro domínio, o das artes ditas plásticas, domínio imenso, contentando-nos com verificar se alguma semelhança ou oposição pode esclarecer a semiologia da língua. À primeira vista, choca-se aqui com uma dificuldade de princípio: há alguma coisa em comum na base de todas estas artes, senão a noção vaga do “plástico”? Encontra-se em cada uma delas, seja em apenas uma, uma entidade formal que se possa denominar UNIDADE do sistema considerado? Mas qual pode ser a unidade da pintura ou do desenho? É a figura, o traço, a cor? Assim formulada, terá a questão ainda um sentido?

É tempo de enunciar as condições mínimas de uma comparação entre sistemas de ordens diferentes. Todo sistema semiótico que repousa sobre signos deve necessariamente comportar (1) um repertório finito de SIGNOS, (2) regras de arranjo que governam suas FIGURAS (3) independentemente da natureza e do número de DISCURSOS que o sistema permite produzir. Nenhuma das artes plásticas consideradas em seu conjunto parece reproduzir um tal modelo. Quando muito poder-se-ia encontrar alguma aproximação na obra de um artista; não se trataria mais então de condições gerais e constantes, mas de uma característica individual, e isto ainda nos distanciaria da língua.

É evidente que a noção de UNIDADE está no centro da problemática que nos ocupa²² e nenhuma teoria séria poderá se constituir se ela esquece ou se esquiva da questão da unidade, porque

22. Não tem parecido útil nem mesmo possível sobrecarregar estas páginas, que enunciam nossas visões pessoais, com uma discussão das teorias anteriores. O leitor informado verá notadamente o que nos separa de Louis Hjelmslev em alguns pontos essenciais. O que ele denomina *semiotics* é definido como “a hierarchy, any of whose components admits

todo sistema significante deve se definir por seu modo de significação. Um tal sistema deve então designar as unidades que coloca em jogo para produzir o “sentido” e especificar a natureza do “sentido” produzido.

Duas questões se colocam nesse caso:

- 1.º Pode-se reduzir a unidades todos os sistemas semióticos?
- 2.º Estas unidades, nos sistemas onde elas existem, são SIGNOS?

A unidade e o signo devem ser tidos como características distintas. O signo é necessariamente uma unidade, mas a unidade pode não ser um signo. Disto pelo menos estamos seguros: a língua é feita de unidades, e estas unidades são signos. E quanto aos outros sistemas semiológicos?

Consideramos inicialmente o funcionamento dos sistemas ditos artísticos, o da imagem e o do som, deixando de lado deliberadamente sua função estética. A “língua” musical consiste em combi-

of a further analysis into classes defined by mutual relation, so that any of these classes admits of an analysis into derivatives defined by mutual mutation” (*Prolegomena to a Theory of Language*, transl. Whitfield 1961, 106). Semelhante definição não será admissível senão em uma adesão global dos princípios da glossemática. As considerações do mesmo autor (*op. cit.*, p. 109) sobre o lugar da linguagem nas estruturas semióticas, sobre os limites entre o semiótico e o não-semiótico, refletem uma posição totalmente provisória e ainda imprecisa. Não se poderá senão aprovar o convite para estudar sob um mesmo ponto de vista as diversas disciplinas semióticas: “it seems fruitful and necessary to establish a common point of view for a large number of disciplines, from the study of literature, art, and music, and general history, all the way to logistics and mathematics, so that from this common point of view these sciences are concentrated around a linguistically defined setting of problems” (*op. cit.*, p. 108). Mas, este vasto programa permanece uma promessa piedosa enquanto não se tiver elaborado as bases teóricas de uma comparação entre os sistemas. É o que estamos tentando fazer aqui. Mais recentemente, Charles Morris, *Signification and Significance* (1964), p. 62, limitou-se a observar, que para numerosos lingüistas dos quais ele cita alguns, a lingüística faz parte da semiótica, mas não definiu a situação da língua nesta relação.

nações e sucessões de sons, diversamente articulados; a unidade elementar, o som, não é um signo; cada som é identificável na estrutura da escala da qual ele depende, não sendo dotado de significação. Eis o exemplo típico de unidades que não são signos, que não designam, sendo somente os graus de uma escala na qual se fixa arbitrariamente a extensão. Temos aqui um princípio discriminador: os sistemas fundados sobre unidades dividem-se entre sistemas com unidades significantes e sistemas com unidades não significantes. Na primeira categoria coloca-se a língua; na segunda, a música ²³.

Nas artes figurativas (pintura, desenho, escultura) com imagens fixas ou móveis, é a existência mesma de unidades que constitui matéria de discussão. De que natureza seriam elas? Se se trata de cores, reconhece-se que elas compõem também uma escala na qual os graus principais são identificados por seu nome. Elas são designadas, mas não designam; elas não remetem a nada, não sugerem nada de uma maneira unívoca. O artista as escolhe, amalgama-as, dispõe-nas à vontade sobre a tela, e é finalmente na composição apenas que elas se organizam e assumem, tecnicamente falando, uma “significação”, pela seleção e pelo arranjo. O artista cria assim sua própria semiótica: ele institui suas oposições em traços que ele próprio torna significantes em sua ordem. Ele não recebe então um repertório de signos, reconhecidos como tais, e ele não estabelece um repertório. Este material, a cor, comporta uma variedade ilimitada de nuances graduáveis, nenhuma das quais encontra equivalência com um “signo” lingüístico.

Quanto às artes da figura, elas pertencem a um outro nível, o da representação, onde traço, cor, movimento se combinam e entram em conjuntos governados por necessidades próprias. Estes

23. Roland Harweg, “Language and Music, an Immanent and Sign Theoretic Approach” (*Foundations of Language*, 4, 1968, 270 ss.), constata bem que “the sign theoretic approach is inadequate for the study of music, for the only thing it can provide with regard to it are negative statements — “negative” taken in a logical, not in an evaluative sense. All it can state may be comprised in the statement that music is NOT a signifi-cational-representational institution as is language” (p. 273). Falta, todavia, a esta constatação o apoio de uma elaboração teórica. O problema que discutimos aqui é justamente o da validade intersemiótica da noção de “signo”.

são sistemas distintos, de uma grande complexidade, em que a **definição** do signo não se precisará senão com o desenvolvimento de **uma semiologia** ainda indecisa.

As relações significantes da “linguagem” artística são descobertas NO INTERIOR de uma composição. A arte não é jamais aqui senão uma obra de arte particular, na qual o artista instaura livremente oposições e valores que ele manipula soberanamente, não tendo nem “resposta” a dar, nem contradição a eliminar, mas somente uma visão a exprimir, segundo critérios, conscientes ou não, de que a composição inteira dá testemunho e torna manifesto.

Pode-se então distinguir os sistemas em que a significância é posta pelo autor na obra e os sistemas em que a significância é expressa pelos elementos primeiros em estado isolado, independentemente das ligações que eles possam contrair. Nos primeiros, a significância se depreende das relações que organizam um mundo fechado, nos segundos ela é inerente aos próprios signos. A significância da arte não remete então jamais a uma convenção identicamente recebida entre parceiros²⁴. É necessário descobrir a cada vez os termos, que são ilimitados em número, imprevisíveis por natureza, logo reinventados a cada obra, em suma, que não podem ser fixados em uma instituição. A significância da língua, ao contrário, é a significância mesma, fundando a possibilidade de toda troca e de toda comunicação, e também de toda cultura.

24. Mieczyslaw Wallis, “Mediaeval Art as a Language”, *Actes du 5.^e Congrès international d'esthétique* (Amsterdam, 1964), 427 n., “La notion de champ sémantique et son application à la théorie de l'Art”, *Sciences de l'art*, número especial (1966), 3 ss., faz úteis observações sobre os signos icônicos, notadamente na arte medieval: discerne ali um “vocabulário”, e regras de “sintaxe”. Certo, pode-se reconhecer na escultura medieval um certo repertório icônico que corresponde a certos temas religiosos, a certos ensinamentos teológicos ou morais. Mas são mensagens convencionais, produzidas em uma topologia igualmente convencional onde as figuras ocupam lugares simbólicos, conformes a representações familiares. Por outro lado, as cenas figuradas são a transposição icônica de narrativas ou de parábolas; elas reproduzem uma verbalização inicial. O verdadeiro problema semiológico, que a nosso ver ainda não foi colocado, é o de buscar COMO se efetua esta transposição de uma enunciação verbal em uma representação icônica, quais são as correspondências possíveis de um sistema a outro e em que medida esta confrontação se deixaria perseguir até a determinação de correspondências entre SIGNOS distintos.

Permanece ainda possível, por meio de algumas metáforas, assimilar a execução de uma composição musical à produção de um enunciado de língua; poder-se-á falar de um “discurso” musical, que se analisa em “frases” separadas por “pausas” ou “silêncios”, marcados por “motivos” reconhecíveis. Poder-se-á também, nas artes figurativas, buscar os princípios de uma morfologia e de uma sintaxe²⁵. Uma coisa ao menos é certa: nenhuma semiologia do som, da cor, da imagem será formulada em sons, em cores, em imagens. Toda semiologia de um sistema não-lingüístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nada nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, lingüísticos e não-lingüísticos.

É necessário aqui precisar a natureza e as possibilidades das relações entre sistemas semióticos. Colocaremos três tipos de relações.

1.º Um sistema pode engendrar um outro sistema. A língua usual engendra a formalização lógico-matemática; a escrita ordinária engendra a escrita estenográfica; o alfabeto normal engendra o alfabeto Braile. Esta RELAÇÃO DE ENGENDRAMENTO vale entre dois sistemas distintos e contemporâneos, mas de mesma natureza, sendo que o segundo é construído a partir do primeiro e preenche uma função específica. É necessário distinguir cuidadosamente esta relação de engendramento da relação de derivação, que supõe evolução e transição histórica. Entre a escrita hieroglífica e a escrita demótica há derivação, não engendramento. A história dos sistemas de escrita fornece um grande número de exemplos de derivação.

25. A possibilidade de estender as categorias semiológicas às técnicas da imagem, e particularmente ao cinema é debatida de uma maneira instrutiva por Chr. Metz, *Essais sur la signification au cinéma* (Paris, 1968), p. 66 ss.; 84 ss., 95 ss. — J. L. Scheffer, *Scénographie d'un tableau* (Paris, 1969), inaugura uma “leitura” semiológica da obra pintada e propõe uma análise análoga àquela de um “texto”. Estas pesquisas mostram desde já o despertar de uma reflexão original sobre os campos e as categorias da semiologia não-lingüística.

2.º O segundo tipo de relação é a **RELAÇÃO DE HOMOLOGIA**, que estabelece uma correlação entre as partes de dois sistemas semióticos. Diferentemente da anterior, esta relação não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos. A natureza da homologia pode variar, intuitiva ou racional, substancial ou estrutural, conceptual ou poética. “Les parfums, les couleurs et les sons se répondent”. Estas “correspondências” não estão senão em Baudelaire, elas organizam seu universo poético e a criação que o re-flete. De natureza mais intelectual é a homologia que Panofsky vê entre a arquitetura gótica e o pensamento escolástico²⁶. Tem-se relevado também a homologia entre a escrita e o gesto ritual na China. Duas estruturas lingüísticas de estruturas diferentes podem revelar homologias parciais ou extensas. Tudo depende da maneira como se colocam os dois sistemas, dos parâmetros que se empregam, dos campos em que se opera. Conforme o caso, a homologia instaurada servirá de princípio unificador entre dois domínios e limitar-se-á a este papel funcional, ou ela criará uma nova espécie de valores semióticos. Nada assegura antecipadamente a validade desta relação, nada limita sua extensão.

3.º A terceira relação entre sistemas semióticos será denominada **RELAÇÃO DE INTERPRETÂNCIA**. Designamos assim aquela que instituímos entre um sistema interpretante e um sistema interpretado. Do ponto de vista da língua, é a relação fundamental, aquela que divide os sistemas em sistemas que articulam, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que são articulados e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de um outro modo de expressão. Pode-se assim introduzir e justificar este princípio de que a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos. Nenhum outro sistema dispõe de uma “língua” na qual possa se categorizar e se interpretar segundo suas distinções semióticas, enquanto que a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma.

26. Erwin Panofsky, *Architecture gothique et pensée scolastique*, trad. P. Bourdieu (Paris, 1967), 104 s.; cf. P. Bourdieu, *ibid.*, 152 s. citam as homologias entre a escritura e a arquitetura gótica indicadas por R. Marichal.

Aqui se vê como a relação semiológica se distingue de todas as outras, notadamente da relação sociológica. Se se interroga, por exemplo, sobre a situação respectiva da língua e da sociedade — tema de muitos debates — e sobre seu modo de dependência mútua, o sociólogo, e provavelmente qualquer um que enfoca a questão em termos dimensionais, observará que a língua funciona no interior da sociedade, a qual a engloba; decidirá então que a sociedade é o todo, e a língua, a parte. Mas a consideração semiológica inverte esta relação, porque somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. Poder-se-á dizer, nesse caso, que é a língua que contém a sociedade²⁷. Assim a relação de interpretância, que é semiótica, inverte a relação de encaixe, que é sociológica. Esta, objetivando as dependências externas, reifica de modo semelhante a linguagem e a sociedade, enquanto que aquela as coloca em dependência mútua segundo sua capacidade de semiotização.

Por aí se pode verificar um critério que indicamos acima quando, para determinar as relações entre sistemas semióticos, estabelecemos que estas relações devem ser elas mesmas de natureza semiótica. A relação irreversível de interpretância, que inclui na língua os outros sistemas, satisfaz esta condição.

A língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento:

- 1.º ela se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
- 2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva.

Por estas razões, a língua é a organização semiótica por excelência. Ela dá a idéia do que é uma função de signo, e ela é a única

27. Tratamos mais em detalhe desta relação em uma exposição feita em outubro de 1968 no Convênio Olivetti (cf. adiante, p. 93-104).

a oferecer desta função a fórmula exemplar. Daí decorre que somente ela pode conferir — e confere efetivamente — a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo. Há então uma MODELAGEM SEMIÓTICA que a língua exerce e da qual não se concebe que o princípio se ache em outro lugar senão na língua. A natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela a grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação.

A que se deve esta propriedade? Pode-se discernir por que a língua é o interpretante de todo sistema significante? Será simplesmente por que ela é o sistema mais comum, aquele que tem o campo mais amplo, o mais freqüentemente usado e — na prática — o mais eficaz? Exatamente o oposto: esta situação privilegiada da língua na ordem pragmática é uma consequência, não uma causa, de sua preeminência como sistema significante, e somente um princípio semiológico pode explicar esta preeminência. Podemos descobri-lo tomando consciência do fato de que a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela, de tal maneira que nenhum outro sistema o pode reproduzir. Ela é investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. Trata-se propriamente de um modelo sem analogia. A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro²⁸.

O semiótico designa o modo de significação que é próprio do **SIGNO** lingüístico e que o constitui como unidade. Pode-se, para

28. Esta distinção foi proposta pela primeira vez na sessão inaugural do XIII Congresso das Sociedades de Filosofia de Língua Francesa que se realizou em Genebra em 3 de setembro de 1966. A exposição foi publicada nas *Actes* deste XIII Congresso, II, 29-40 (com discussão p. 41-47) (cf. adiante, p. 220-242). Ver-se-á aí a finalização da análise apresentada anteriormente sob o título de *Niveaux de l'analyse linguistique* (em nossos *Problèmes de linguistique générale*, I (1966), p. 119 ss.). Teríamos preferido escolher, para ressaltar esta distinção, termos menos parecidos entre eles que SEMIÓTICO e SEMÂNTICO, uma vez que um e outro assumem aqui um sentido técnico. É indispensável, entretanto, que um e outro evoquem a noção de *sema* à qual os dois se ligam, ainda que diferentemente. Esta questão terminológica não deveria incomodar àqueles que quiserem considerar adequadamente a perspectiva total de nossa análise.

efeito de análise, considerar separadamente as duas faces do signo, mas, sob a relação de significância, ele é uma unidade, e se conserva como unidade. A única questão que um signo suscita para ser reconhecido é a da sua existência, e esta se decide por sim ou não: *arbre* — *chanson* — *laver* — *nerf* — *jaune* — *sur*, e não **orbre* — **vançon* — **laner* — **derf* — **saune* — **tur*²⁹. Além disso, compara-se-os para delimitá-los, seja a significantes parcialmente semelhantes: *sabre* : *sobre*, ou *sabre* : *sable*, ou *sabre* : *labre*³⁰, seja a significados vizinhos: *sabre* : *fuzil*, ou *sabre* : *épée*³¹. Todo o estudo semiótico, em sentido estrito, consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade. Desta forma, cada signo será chamado a afirmar sempre e com a maior clareza sua própria significância no seio de uma constelação ou em meio ao conjunto dos signos. Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação. Existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade lingüística, e evoca para cada um, a grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições. Tal é o domínio e o critério do semiótico.

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. Ora, a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o “intencionado”), concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as PALAVRAS. Em segundo lugar, o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente

29. Em português teríamos o mesmo com: *árvore* — *canção* — *lavar* — *nervo* — *jovem* — *por* contraposto a **órvore* — **vanção* — **canar* — **dervo* — **sovem* — **vor* (N. do T.).

30. Em português teríamos o mesmo com: *sogro*: *sagro* ou *sogro*: *sofro* ou *sogro*: *logro* (N. do T.).

31. Em português teríamos o mesmo com: *sabre*: *fuzil* ou *sabre*: *espada* (N. do T.).

de toda referência. A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.

Que se trata claramente de duas ordens distintas de noções e de dois universos conceptuais, pode-se mostrar ainda pela diferença quanto ao critério de validade que é requerido por um e por outro. O semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO; o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO. A diferença entre reconhecer e compreender envia a duas faculdades distintas do espírito: a de perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra. Nas formas patológicas da linguagem, as duas faculdades estão frequentemente dissociadas.

A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia; *mudrās*), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas), sem semiótica. O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalingüística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas.

Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia lingüística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo. Saussure não ignorou a frase, mas visivelmente ela lhe criou uma grave dificuldade e ele a atribuiu à "fala"³², o que não resolve nada; trata-se justamente de saber se e como do signo se pode passar à "fala". Na realidade o mundo do signo é fechado. Do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa. É preciso desde já admitir que a língua comporta dois domínios

32. Cf. *C.L.G.*, p. 148, 172, e as observações de R. Godel, *Current Trends in Linguistics III, Theoretical Foundations* (1966), 490 ss.

distintos, cada um dos quais exige seu próprio aparelho conceptual. Para o que denominamos semiótico, a teoria saussuriana do signo lingüístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e de definições.

A semiologia da língua foi bloqueada, paradoxalmente, pelo instrumento mesmo que a criou: o signo. Não se poderia descartar a idéia do signo lingüístico sem suprimir o caráter mais importante da língua; não se poderia estendê-lo ao discurso inteiro sem contradizer sua definição como unidade mínima.

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão de significância. a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
- na análise translingüística dos textos, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação.

Esta será uma semiologia de “segunda geração”, cujos instrumentos e o método poderão também concorrer para o desenvolvimento das outras ramificações da semiologia geral.